

Educadores alertam ministro para a tentação das mágicas

25 MAR 1990

JORNAL DO BRASIL

André Durão — 26/10/88

Eliane Bardanachvili

Um mau filme pode acabar sendo reprisado. É a conclusão a que chegaram os educadores do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), que se reuniram na semana passada para analisar as primeiras propostas do ministro da Educação, Carlos Chiarelli. Foi enviada ao ministro, na sexta-feira, uma carta apontando erros em que, segundo eles, o Ministério fatalmente irá incorrer se levar adiante as medidas que tem anunciado para melhorar o panorama educacional do país.

A guerra ao analfabetismo, a mudança no sistema de vestibular, a instituição do horário integral são apenas alguns exemplos de "promessas grandiosas e soluções mágicas que não levarão a lugar algum", segundo a professora Zaia Brandão, uma das integrantes do grupo da PUC.

"Queremos alertar o ministro para que ele não escorregue nas mesmas cascas de banana colocadas no caminho de outros ministros que, como ele, surpreenderam-se ao receber a pasta da Educação", explica a professora. Ela lamenta que, mais uma vez, a escolha do titular da Educação no país tenha recaído no nome de um político e não de um educador e caracteriza como "medida preventiva" a intervenção de seu grupo. "De nada vai adiantar, depois que as propostas equivocadas se concretizarem, escrevermos artigos nos jornais para criticar", acredita.

O espírito de mobilização no combate ao analfabetismo, convocando-se campanhas e mutirões e declarando-se guerra é equivocado, dizem os educadores da PUC. "O analfabetismo não pode ser visto como uma chaga que precisa ser eliminada. Campanhas pressupõem isolar o problema, combatê-lo fora de um contexto muito maior. Com isso, marginaliza-se ainda mais o analfabeto, em vez de inseri-lo socialmente", explica Zaia. Ela condena também o trabalho voluntário com que se conta para lidar com analfabetismo. "É preciso tratar a questão de maneira profissional. Em vez de



Zaia Brandão, da PUC, pede seriedade

usar leigos, contratar professores com prática no assunto", diz.

Zaia propõe que o combate ao analfabetismo se dê dentro do sistema escolar, melhorando-se a rede já existente de ensino supletivo e a qualidade das escolas regulares. Recorrer à história, ao que já foi feito em Educação no país, e ver como dar continuidade aos acertos é um caminho.

"Por que se criou o Mobral se já havia uma rede de ensino supletivo? Chega de começar do zero, a toda hora, para inventar novidades. Em vez de investir dinheiro para gerar falsos alfabetizados, vamos tratar o cidadão de baixa escolaridade com competência e seriedade", sugere.

Por considerar que a qualidade do ensino é que precisa mudar, o grupo da PUC considera "inútil" mexer no exame de vestibular. "O vestibular não está fazendo mal algum. Ele só reflete uma realidade que precisamos mudar. Mexer no vestibular é tratar um sintoma como se fosse o problema", compara Zaia.

O anúncio da criação de escolas de tempo integral e da ampliação da rede de Cieps em todo o país também preocupa os educadores da PUC. Eles não se opõem ao horário integral nas escolas, apenas pedem prudência para que se analise "imparcialmente" sua necessidade no corroido sistema escolar brasileiro.

"A avaliação do Ciep sempre foi emocional. Ataca-se ou elogia-se do ponto de vista político", diz Zaia, alertando que não é o aumento do tempo escolar, mas, antes, o uso correto deste tempo que vai melhorar o ensino.

"A boa escola é a que ensina e isso pode independentemente do horário integral", afirma citando escolas como a estadual Shakespeare e a federal Pedro II como exemplo de boas escolas que funcionam em tempo parcial. "Podemos fazer escolas em tempo integral gradativamente, corrigindo primeiro o que já se tem."

Prudência também é necessária ao se adotarem as técnicas de ensino à distância e a universidade aberta (onde se estuda sem necessidade de comparecimento a aulas), destacadas pelo ministro Chiarelli. "Qualquer recurso pode ser útil, mas não a solução", alerta Zaia, preocupada com a

utilização dessas técnicas por motivos "comerciais e promocionais".

Ela justifica seu temor. Em Brasília, onde esteve uma semana antes da posse do presidente Fernando Collor, Zaia encontrou em alta, no Hotel América, onde se hospedou, a frequência de "lobistas do ensino à distância", prontos a apresentarem ao novo ministro inovações no ramo, com alta tecnologia e informatização. No MEC, ela flagrou um comitê sendo criado para cuidar do assunto e uma fila de candidatos a reitores de universidades abertas. "Eles estão vendendo. Temos medo de que o ministro compre no atacado", alarma-se.

Num rápido resumo histórico, pinçando apenas as iniciativas da Nova República, Zaia lembra do programa Educação Para Todos, do ministro Marco Maciel, as 200 escolas técnicas do ministro Jorge Bornharusen e "os vazios" das administrações de Hugo Napoleão e Carlos Sant'Anna. "Nada aconteceu", diz ela. "Tenho medo de que, depois desses vazios, estejam retomando a política do discurso. Gostaríamos que o ministro levasse sua consciência crítica às últimas consequências e não incorresse em erros óbvios. Existe gente que entende do traçado em todo o país e que pode ajudar", conclui.